

1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO DA ESCOLA DE**  
2 **FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIFESP – JUNHO/2015**

3 Aos onze dias do mês de junho do ano de 2015, na sala 420 da unidade provisória da  
4 Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo,  
5 realizou-se a reunião ordinária da Congregação do Campus Guarulhos. Sob a  
6 presidência do Prof. Daniel Arias Vazquez, diretor acadêmico, iniciou-se a reunião às  
7 dez horas e quatro minutos, após assinatura da lista de presença pelos membros  
8 (anexa). Prof. Daniel V. deu as boas vindas a todos e informou que o terceiro ponto da  
9 pauta contará com a presença da Prof.<sup>a</sup> Rosemarie Andrezza, Pró-Reitora de Gestão  
10 com Pessoas, que pediu espaço na nossa reunião para apresentar o primeiro Censo dos  
11 Servidores da Unifesp. Passou-se então à ordem do dia. O primeiro ponto da pauta:  
12 **Aprovação da ata da reunião ordinária do mês de maio.** A ata foi aprovada com  
13 uma abstenção. O ponto seguinte: **Indicação de dois representantes docentes para**  
14 **Comissão de Avaliação de Desempenho (CAD) – Promoção para Professor**  
15 **Associado.** A indicação estava pendente desde a última reunião. Foram feitas consultas  
16 aos docentes associados e somente o Prof. Jaime Rodrigues se colocou à disposição,  
17 mas ele estará afastado no próximo semestre. Dois nomes possíveis são o Prof. José  
18 Carlos Gomes, do Departamento de Ciências Sociais e Prof. Marcos Cezar, do  
19 Departamento de Educação, ambos são do grupo dos primeiros docentes do campus  
20 que estão completando oito anos de casa e vão pleitear a promoção – por isso é  
21 importante aprovar. Postos em votação, os nomes foram aprovados por unanimidade.  
22 Prof. Daniel V. convidou então a Prof.<sup>a</sup> Rosemarie e a servidora Paula Garcia, do grupo  
23 de Comunicação e Informação da Pró-Reitoria de Gestão com Pessoas, que integra o  
24 grupo de organização do primeiro Censo da Unifesp, para conduzirem o terceiro ponto  
25 da pauta: **Apresentação do 1º Censo de Servidores da Unifesp.** Prof.<sup>a</sup> Rosemarie,  
26 com a palavra, disse que o Censo se destina a saber quem somos, onde estamos e o que  
27 fazemos na Universidade. Atualmente temos o SIAPE, banco de dados construído para  
28 gerar a folha de pagamento, cujo acesso depende de várias chaves, o que não facilita o  
29 trabalho da Pró-Reitoria no acesso aos dados dos servidores. Há também outro banco  
30 de dados, o Oracle, que não tem interface com o SIAPE e, com a expansão, não foi  
31 atualizado de acordo com a necessidade. Por isso nasceu a ideia do Censo, para fazer  
32 um grande cadastramento de todos os servidores, em todos os *campi*, além de uma  
33 pesquisa de clima institucional. O acesso será pela Intranet, que trará um menu  
34 com ícone para o Censo. Foi, então, distribuído um *folder* com as informações para o  
35 censo. Haverá indicadores para fazer o dimensionamento de pessoas nos diferentes  
36 *campi* e dentro de cada área dos *campi*. Temos, atualmente, um indicador do MEC, que  
37 aponta o número de servidores por alunos, para fazermos a alocação de docentes e  
38 técnicos. Segundo a Profa Rosemarie, a Universidade precisa se preparar melhor, com  
39 vistas ao seu crescimento – apesar de sermos uma Universidade antiga, somos jovens,  
40 devido aos *campi* da expansão. Prof.<sup>a</sup> Ana Nemi, com a palavra, lembrou que sempre  
41 se discute na CPPD a questão do Banco de Equivalência, que suscita muitas dúvidas  
42 nos colegas: o Censo vai nos ajudar a entender esse equilíbrio? Prof.<sup>a</sup> Rosemarie

43 respondeu que o Banco de Equivalência é vinculado diretamente aos nossos salários e  
44 que ele não é organizado por campus – e dificilmente será construído assim. Ele trata  
45 sobre orçamento e não sobre vagas – pode ser que pelo Censo consigamos construir o  
46 nosso Banco de Equivalência. Prof.<sup>a</sup> Rosemarie esclareceu, ainda, que no momento não  
47 se pensa em sanção para quem não responder ao Censo, pois o trabalho pretende  
48 contar com a cooperação e entendimento dos servidores. Paula Garcia informou que no  
49 material recebido tem o site do Censo, informações e o e-mail para o qual pode-se  
50 encaminhar dúvidas. Prof. Daniel V. disse que é importante pensar na nossa força de  
51 trabalho e tornar as relações mais igualitárias, contando com os recursos próprios da  
52 nossa instituição. O Censo é um instrumento de gestão que vamos apoiar e solicitar a  
53 participação de todos. Agradeceu a presença da Prof.<sup>a</sup> Rosemarie e da servidora Paula  
54 Garcia, justificando a seguir a ausência da Prof.<sup>a</sup> Marineide Gomes, vice diretora  
55 acadêmica por estar afastada, participando de um evento fora do país. Declarou que os  
56 próximos dois pontos da pauta procuram trazer temas de cunho mais acadêmico para a  
57 Congregação e que espera contribuições dos Departamentos e Câmaras Técnicas para  
58 aprimorar o debate. Passou ao quarto ponto da pauta, **Plano de trabalho da Comissão**  
59 **Própria de Avaliação – CPA**. Fez um breve histórico, da aprovação da composição da  
60 CPA pela Congregação em dezembro de 2014 e de sua instituição, por Portaria, em  
61 março de 2015. A Comissão, representada pelo Prof. Rogério Schlegel, atual  
62 coordenador da CPA, está em pleno funcionamento e veio apresentar seu Plano de  
63 Trabalho. Prof. Rogério, com a palavra, disse que certamente há pessoas que entendem  
64 mais de avaliação, mas ele traz, seu olhar entusiasmado e de contribuição para as  
65 atividades do campus. Apresentou, então, slides com o Plano de Trabalho da CPA  
66 Local e fez um apelo para que todos os docentes, técnicos e alunos indicados para a  
67 CPA participem das reuniões, pois muitos ainda não vieram a nenhum encontro –  
68 foram três reuniões em dois meses. Observou que o Regimento Interno do campus já  
69 prevê que os Departamentos enviem relatórios de sua produção para a Direção  
70 Acadêmica. A Comissão não quer propor um processo de “conscientização”, mas que a  
71 comunidade acadêmica construa junto um processo de autoconhecimento e de  
72 diagnóstico das ações do campus com vistas a um processo de avaliação. Prof. Daniel  
73 V. agradeceu pela apresentação e abriu para considerações; a ideia é que a  
74 Congregação aprove esse Plano de Trabalho, já que a CPA é uma Comissão  
75 Assessora; o trabalho não é todo da CPA, envolve o comprometimento de todos  
76 docentes, estudantes e técnicos nesse trabalho de avaliação. A Comissão vem em um  
77 momento propício – não tínhamos a cultura de avaliação no campus, e estamos em  
78 processo de fechamento de um ciclo de avaliações do MEC, que foi intenso. A CPA  
79 vai ser uma facilitadora no trabalho e na consolidação do Projeto Político Pedagógico  
80 do campus. A expectativa da comunidade acadêmica em torno desse trabalho é muito  
81 grande. Finalizou com um apelo pela participação de todos, para que levem os  
82 encaminhamentos para seus segmentos. Prof. Sandro Luís da Silva perguntou se a  
83 CPA vai elaborar o PPP, pois só temos uma minuta. Prof. Daniel V. disse que o papel  
84 da CPA é estimular a discussão, trazer o resultado e consolidar, consolidação e

85 aprovação que devem ser objeto de apreciação da Congregação. Prof. Sandro  
86 perguntou como é possível avaliar algo que não temos. Prof. Daniel V. explicou que a  
87 avaliação é uma etapa posterior. Prof. Rogério Schlegel disse que vamos partir não de  
88 um ideal, mas das nossas características, para construir um PPP que reflita nossa  
89 realidade. Prof.<sup>a</sup> Ana Nemi disse que não temos o PPP da EFLCH, embora os  
90 Departamentos, após as avaliações do MEC, tenham trabalhado muito em seus próprios  
91 projetos. Na opinião dela, tudo isso deve ser colocado em diálogo – e o papel da CPA é  
92 fazer uma consolidação disso. Prof. Alexandre Carrasco disse que deve haver um  
93 substrato geral prévio para sustentar uma avaliação. Não parece que a CPA seja o local  
94 para discutir o PPP, isso extrapola o papel dela; deve-se trazer o material colhido para  
95 ser discutido aqui e então haver outra Comissão para consolidar o PPP. Prof. Daniel V.  
96 lembrou que foi decidido na Congregação que seria assim. Prof. Vinícius Spricigo  
97 perguntou se a Câmara de Graduação não seria a instância a discutir o PPP. Prof.  
98 Alexandre reforçou que a discussão do PPP não cabe à CPA, o que foi reforçado pela  
99 Prof.<sup>a</sup> Liana de Paula, que declarou não se sentir à vontade de aprovar um Plano de  
100 Trabalho que extrapole suas atribuições. Prof. Daniel V. disse que a CPA é uma  
101 instância institucional e não observa extrapolações. Caso este trabalho não seja feito  
102 por esta Comissão, teremos que formar outra; sendo a CPA, otimizáramos o trabalho.  
103 Quem fará esse trabalho, se desde 2006 está esperando para ser feito? Quando fazemos  
104 um encaminhamento e apresentamos um Plano de Trabalho para isso, a Congregação  
105 avalia que não é esse o fórum? Reitera a importância da Congregação não rejeitar o  
106 trabalho proposto e que apresentasse alternativas. Prof. Sandro disse que o Depto. de  
107 Letras já contou com oito avaliações dos cursos pelo MEC, com oito olhares diferentes  
108 – cabe a essa Comissão fazer a avaliação, mas para evitar problemas futuros, de ordem  
109 legal, acha que deve ser formado um outro grupo para elaborar um documento que diga  
110 respeito ao PPP do campus, que deverá ser trazido para aprovação aqui – depois a CPA  
111 deve usar isso para criar seus instrumentos de avaliação. Prof. Daniel V. informa que a  
112 Comissão não faz documento, ela vai apenas consolidar. Prof. Juvenal perguntou se foi  
113 deliberado na Congregação que a CPA faria uma proposta de Projeto do campus. Prof.  
114 Daniel V. respondeu que a CPA ficaria responsável por esse processo, se o Plano de  
115 Trabalho for aprovado. Prof. Cássio Fernandes sugeriu que a discussão seja feita com  
116 os Departamentos e as Câmaras Técnicas. Prof. Daniel V. lembrou que a CPA tem  
117 representantes das Câmaras, a composição e cuja composição foi aprovada pela  
118 Congregação. Prof.<sup>a</sup> Ana Nemi sugeriu que se traga a avaliação sistematizada, para que  
119 a Congregação decida se vai ser formada ou não outra Comissão. Prof.<sup>a</sup> Rita Jover  
120 sugeriu a aprovação do Plano de Trabalho com a ressalva de que a Comissão não  
121 elabore o PPP e propõe que a aprovação seja condicionada ao encaminhamento  
122 específico de que será formada uma Comissão específica para essa função. Prof. Daniel  
123 V. disse que a Comissão só vai propor o debate por meio de um processo participativo  
124 no campus envolvendo consultas e Audiências Públicas. Prof.<sup>a</sup> Ângela Brandão propôs  
125 que a etapa dois seja retirada do Plano de Trabalho, para não dar a falsa ideia de que a  
126 CPA virou Comissão do PPP. Prof. Daniel V. sugeriu votar separadamente cada etapa,

127 embora pense que isso seja adiar mais uma vez o início de uma debate importante para  
128 o campus, considerando que o campus fará dez anos sem um processo de avaliação de  
129 seu projeto pedagógico. Prof. Juvenal disse que poderíamos escolher hoje essa  
130 Comissão, pois nada impede que os trabalhos caminhem juntos. Prof. Daniel V.  
131 informa que qualquer etapa de avaliação interna e externa séria parte do PPP e que  
132 encaminhará o Regimento da CPA à lista da Congregação para apreciação. Prof.  
133 Rogério S. declarou querer entender o mandato que a Congregação está dando à CPA –  
134 é preciso prever na etapa 1, que conste além da coleta de dados, análise e produção de  
135 relatórios e sugestões. Prof. Daniel Vazquez, considerando as manifestações,  
136 encaminha a votação do Plano de Trabalho por etapas. A etapa 1 foi aprovada com 1  
137 abstenção; as alterações na etapa 1 foram aprovadas, com 3 abstenções e a etapa 2 não  
138 foi aprovada (6 votos favoráveis, 11 contrários e 3 abstenções). **O quinto ponto da**  
139 **pauta: avaliação dos indicadores de ingresso, egressos, integralização e evasão.**  
140 Prof. Daniel V. informa que tais indicadores vão deflagrar um processo de avaliação  
141 em várias instâncias da Universidade – sugere uma reflexão sobre eles e que se leve  
142 como tarefa, talvez para a próxima Congregação, a elaboração de um Plano de Ação  
143 envolvendo a Câmara de Graduação. Apresentou então os dados e lembrou a decisão  
144 tomada pelos Conselhos de Departamento e aprovada no Conselho de Graduação, de  
145 que no ingresso pelo SISU deve haver um patamar mínimo de 450 pontos em todas as  
146 provas e 500 pontos na prova de redação, totais superiores às pontuações anteriores e  
147 que foram aprovados pelo Conselho de Graduação da Unifesp. Informou que todos os  
148 cursos tiveram sobra de vagas em um turno ou outro. Na avaliação da Direção  
149 Acadêmica, não foram os 450 pontos que causaram isso – nas 7 chamadas, houve um  
150 número superior às 720 vagas, mas mesmo assim não foram todas preenchidas. Temos  
151 que pensar em quais ações podemos empreender para evitar essa ociosidade de vagas,  
152 que impacta tanto no orçamento quanto nos recursos que o MEC direciona à Unifesp e  
153 aos *campi*. É preciso haver uma reflexão sobre o número de vagas não preenchidas e  
154 considera a Câmara de Graduação como instância privilegiada para isso. Talvez  
155 devêssemos pensar na divulgação dos cursos. uarulhos é uma cidade grande,  
156 certamente há alunos interessados e com potencial para ingresso no campus. Prof.<sup>a</sup>  
157 Liana perguntou se esses dados foram confrontados com outras universidades federais,  
158 observando que parece haver uma tendência a ter uma procura menor no vespertino;  
159 outra questão é conhecer o perfil dos nossos alunos, tarefa com a qual o Instituto Base  
160 Social pode ajudar. Prof. Vinícius disse que é preciso investigar se essa concentração  
161 de vagas ociosas no vespertino diz respeito ao perfil socioeconômico dos estudantes. A  
162 coordenadora do NAE, Mariana Puridade, disse que o NAE fez o levantamento do  
163 perfil dos alunos e é possível perceber que muitos alunos desconhecem os auxílios  
164 estudantis e as possibilidades de permanência estudantil e que posteriormente o NAE  
165 pode divulgar para a Congregação esse perfil. Prof. Vinícius perguntou se há alguma  
166 distinção entre o aluno que trabalha e estuda à noite, se o valor das bolsas é compatível  
167 com o salário mínimo e se é possível receber bolsa pelos 4 anos. Mariana disse que há  
168 a intenção de fazer uma apresentação desses dados aos Colegiados do campus; para

169 recebimento de auxílios, a renda familiar deve ser de até 4 salários mínimos e meio e  
170 pode haver composição com outras bolsas; sugeriu que podem organizar um trabalho  
171 no AE para apresentar a Unifesp nas escolas. A representante dos técnicos Cristiane  
172 Shirayama disse que se sabe que muita gente de Guarulhos desconhece a Unifesp,  
173 então é preciso procurar cursinhos e colégios para divulgar. Prof. Daniel V. concordou  
174 que, por ser um município grande, certamente com esse tipo de ação haveria muita  
175 procura. O representante dos técnicos Adriano Araújo pensa que essa oferta de vagas  
176 maior que a procura não é necessariamente ruim; os alunos chegam e, ao longo dos  
177 anos, muitos acabam saindo; o que é preciso é pensar e se conhecer para ter respostas  
178 para isso. Prof.<sup>a</sup> Ana Nemi disse que é possível acessar os dados no site e que há que se  
179 considerar duas coisas graves: diminuiu o número de inscritos no ENEM; a EFLCH  
180 não pode discutir essa questão sem passar pelo problema da mobilidade – há alunos da  
181 graduação e da pós-graduação que demoram 3 horas para chegar ao campus. Prof.  
182 Daniel V. lembrou que a relação candidato-vaga ainda é grande, mas é importante  
183 descobrir porque esses alunos não vêm se inscrever. Para se apurar a evasão, verifica-  
184 se quantos dos alunos que entraram não estão em curso ou formados – na média, não é  
185 muito diferente de outras universidades federais que oferecem os mesmos cursos; os  
186 dados de evasão dos Pimentas para cá ficaram inalterados. Quanto aos egressos,  
187 estamos formando mais alunos por ano. A integralização é um trabalho feito pela  
188 Secretaria Acadêmica, para identificar possíveis jubilandos – por enquanto foi feito  
189 com 4 cursos, os demais ainda não existiam. Prof.<sup>a</sup> Marieta Pena, chefe da Secretaria  
190 Acadêmica, juntamente com o Setor de Apoio Pedagógico, tem chamado alunos nessa  
191 situação para fazer um Plano de Integralização de Curso. Considerou mais uma vez que  
192 é necessário um plano de ação, até por haver um temor de que nesse ano, também por  
193 causa da greve, haja maior evasão, como em 2012. Uma ideia é tentar engajar os alunos  
194 em grupos de estudos e outras atividades no campus, desde o primeiro ano. Os dados  
195 foram apresentados para que as instâncias os discutam – e é importante que a Câmara  
196 de Graduação continue o debate. Prof.<sup>a</sup> Ana Nemi afirma ser importante lutar por  
197 políticas de inclusão para os alunos desde o primeiro ano. Adriano Araújo informou  
198 que a PRAE fez um Seminário no final de 2013 para discutir essas questões – a Prof.<sup>a</sup>  
199 Marian ajudou a organizar o evento, que pode contribuir para a discussão no campus,  
200 que deveria ser conduzida pela Câmara de Graduação com todos os cursos. Prof. Fábio  
201 reforçou a importância de ações para os ingressantes e ações conjuntas,  
202 interdepartamentais. O sétimo ponto da pauta, **aprovação do Convênio com a**  
203 **Universidade de Regensburg, Alemanha**, foi aprovado por unanimidade, assim como  
204 o oitavo ponto, **homologação da vice coordenação dos programas de Pós-**  
205 **graduação em Filosofia** (Prof. Sandro Kobol Fornazari) e **Ciências Sociais** (Prof.<sup>a</sup>  
206 Tatiana Savoia Landini). Prof. Daniel V. voltou então ao sexto ponto da pauta,  
207 **composição das Comissões Permanentes e Grupos de Trabalho que assessoram**  
208 **a Congregação**. Informou que os técnicos ainda não indicaram seus representantes, e  
209 que há poucas indicações dos estudantes, apesar de ter sido publicado Edital com um  
210 mês de prazo para as indicações. Disse que há condições de aprovar as Comissões de

211 Bancas e CAEP, compostas só por docentes. Podemos estender o prazo até o final de  
212 junho e, na falta de indicações, publicamos as Portarias de nomeação com as vagas em  
213 aberto. Todos os Departamentos enviaram os nomes dos docentes, à exceção de  
214 Filosofia. Prof. Alexandre Carrasco disse que vai enviar até o final do mês. Prof.<sup>a</sup> Ana  
215 Nemi lembrou que a CAEP é de autonomia do campus, a CPPD não tem o poder de  
216 convocá-la ou de fazê-la funcionar – a última CAEP estava constituída e nunca se  
217 reuniu ou demandou nada à CPPD, o que é grave, uma ilegalidade constitucional. Prof.  
218 Daniel V. leu os nomes indicados para a CAEP e para a Comissão de Bancas – a  
219 composição das duas Comissões foi aprovada por unanimidade. Mencionou o que  
220 faltava para a composição das demais Comissões. Quanto aos Grupos de Trabalho,  
221 pediu que as indicações fossem encaminhadas para a Secretaria da Direção Acadêmica.  
222 Prof. Liana disse que ninguém se candidatou para o GT de retorno aos Pimentas, mas  
223 surgiu a questão do porquê de ter sido criado. Prof. Daniel V. respondeu que vamos  
224 mudar e as Direções Acadêmica e Administrativa não podem assumir essa tarefa  
225 sozinhos – para mudar para a unidade provisória também fizemos um GT. É  
226 fundamental haver ações já no segundo semestre de 2015. Já há uma série de  
227 providências sendo tomadas: reativação do cursinho popular dos Pimentas, curso de  
228 extensão para a formação de lideranças comunitárias, curso de teatro da Cia. Caminho  
229 Velho, que são ações importantes para preparar o retorno, para que a mudança em 2016  
230 aconteça com alguns vínculos já estabelecidos no território. Passou-se então aos  
231 **Informes**. 1) situação orçamentária do campus: o orçamento foi aprovado e  
232 conseguimos uma descentralização dos recursos, o que permitiu reduzir as notas fiscais  
233 em aberto; se ficar despesa em aberto, serão o pagamento do aluguel – há um acordo  
234 com o proprietário que não está cobrando multa, desde que não se deixe vencer o  
235 terceiro aluguel. A situação de todos os *campi* é muito difícil, estão todos fazendo  
236 ajustes nos contratos. Há preocupação em torno da mudança para os Pimentas, pois  
237 precisaremos contratar vigilância e limpeza extra. Estamos trabalhando com valores em  
238 aberto e ainda sem definição do orçamento futuro. Prof.<sup>a</sup> Rita perguntou se, a despeito  
239 da LOA ter sido aprovada, a Portaria que restringia as diárias e passagens ainda vigora.  
240 Prof. Daniel V. informou que foi emitida outra Portaria em 29 de maio deste ano, que  
241 além das diárias e passagens, proíbe o início de novas obras – há exceção para o Arco  
242 pois é imóvel próprio desocupado e que será ocupado. Prof.<sup>a</sup> Rita perguntou se isso  
243 consta no orçamento e Prof. Daniel V. respondeu que sim, embora tenha havido cortes  
244 de gastos com capital. O campus Guarulhos, por ações que foram feitas, tem  
245 contribuído com a redução das despesas de custeio, mas reivindica a despesa de capital  
246 para a reforma do Arco, que precisa ser licitada, com estimativa de quatro milhões de  
247 reais. Prof.<sup>a</sup> Rita perguntou ainda sobre o novo mobiliário do campus e Prof. Daniel V.  
248 disse que está previsto no orçamento, que não tem fato novo e que os materiais que  
249 envolvem o retorno aos Pimentas devem ser garantidos. 2) greve estudantil: estamos  
250 saindo de um momento difícil – há 15 dias esta Congregação decidiu pelo adiamento  
251 do semestre. Nesse período houve ocupação da Diretoria Acadêmica por um grupo de  
252 estudantes, que saíram espontaneamente, bem como da quadra, onde estavam

253 acampados, sem haver nenhum incidente. Houve gestões da direção e da reitoria que  
254 apoiou as ações. A Direção Acadêmica agradece o envolvimento e o compromisso de  
255 todos com as atividades acadêmicas – que contou com boa ressonância e presença de  
256 público, com programação integrada, o que mitiga o efeito da ocupação pelos  
257 estudantes. Importante também foi a reunião de 01 de junho, com a presença de mais  
258 de 130 docentes e técnicos – o espírito colaborativo e a resposta rápida nos fez avaliar a  
259 importância de haver outros encontros como esse, pois as decisões foram acertadas e  
260 conseguiu-se um desfecho com vistas à normalização, ainda que provisório, pois não  
261 temos uma posição oficial dos estudantes quanto ao fim da greve. Agradece também o  
262 apoio da reitoria e a presença dos pró-reitores apoiando as ações de retomada das  
263 atividades do campus na citada reunião. Prof.<sup>a</sup> Liana perguntou se os estudantes  
264 apresentaram motivos para a desocupação e Prof. Daniel V. disse que não houve  
265 comunicação oficial. Prof.<sup>a</sup> Ana Nemi disse ter sabido extraoficialmente que os alunos  
266 ficaram com medo da polícia, que estava rondando o campus. Prof. Daniel V. informou  
267 que a polícia veio ver o que estava acontecendo na hora da ocupação, mas sua entrada  
268 não foi permitida aqui, prevalecendo sempre o diálogo e as tentativas de negociação  
269 com os estudantes. Há notícias de que haverá uma plenária hoje e que seguiremos com  
270 a implementação das ações em resposta à pauta estudantil. 3) procedimentos para a  
271 organização do segundo semestre: em estudos pelo Apoio Pedagógico, em  
272 conformidade com os prazos estabelecidos pela ProGrad. Há ações políticas da parte  
273 do campus e da Prefeitura de Guarulhos com o MEC, para tratar da situação do campus  
274 Guarulhos: além do orçamento, ações políticas são necessárias para a consolidação do  
275 campus. 4) afastamento do Prof. Daniel: fará um estágio de curta duração, em Londres,  
276 e a Prof.<sup>a</sup> Marineide Gomes, assumirá a Direção. 5) adesão ao ProfHistória: Prof. Fabio  
277 fez agradecimento à Congregação e deu informações sobre a organização do curso em  
278 rede envolvendo outras universidades. 6) Técnicos- Administrativos: Cristiane S.  
279 informa que os técnicos de Guarulhos não aderiram à greve nacional devido à  
280 conjuntura, mas consideram que é necessário entrar em estado de mobilização  
281 permanente – por isso haverá paralisações às terças-feiras, das 14 às 16 horas, para a  
282 construção das pautas. Prof. Daniel V. informa que a Direção recebeu e repassou o  
283 comunicado às listas do campus de que não há greve, nem dos docentes, nem dos  
284 técnicos. Concluiu informando ue a intenção é não fazer reunião da Congregação em  
285 julho, a não ser que haja algo relevante a ser tratado; a reunião extraordinária sobre  
286 infraestrutura não aconteceu em maio, mas não recebemos posição dos Departamentos.  
287 Prof.<sup>a</sup> Rita propôs o encaminhamento dessa reunião extraordinária ser convocada em  
288 agosto, no final do mês, para haver tempo para as discussões nos Conselhos. Prof.  
289 Daniel V. propôs que a discussão esteja na pauta da reunião ordinária de agosto, mas a  
290 Prof.<sup>a</sup> Rita insistiu que a deliberação foi de que essa discussão fosse feita em reunião  
291 extraordinária. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e eu, Alessandra  
292 Fernandes, secretária da Congregação, lavrei a presente ata.